

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 973/2003

Autor: Deputado WALTER FELDMAN (PSDB/SP)

Destinatário: Ministro de Estado da FAZENDA

Assunto: Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre nomeação do Sr. João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos como Diretor da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Relatório: O Deputado, autor do Requerimento de Informações nº 973/2003, requer sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre a nomeação do Sr. João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos como Diretor da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e se o nomeado tem vínculo de parentesco e o grau com o Sr. João Régis dos Santos, Vice-Presidente de Planejamento e Marketing da Sul América Seguros.

Na justificação informa que a nomeação foi publicada no Diário Oficial da União de 19/10/2003, Portaria nº 1.479, do Ministro da Fazenda. Salienta que as informações requeridas são de fundamental importância para o cumprimento das atribuições constitucionais.

Despacho:

Os requerimentos de informação têm fundamentação no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O art. 116 da citada norma regimental estabelece:

Art. 116. Os pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhados pelo Primeiro-Secretário da Câmara, observadas as seguintes regras:

I – apresentado o requerimento de informação, se esta chegar espontaneamente à Câmara ou já tiver sido prestada em resposta a pedido anterior, dela será entregue cópia ao Deputado interessado, caso não tenha sido publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*, considerando-se, em consequência, prejudicada a proposição:

II – os requerimentos de informação somente poderão referir-se a ato ou fato, na área de competência do Ministério, incluídos os órgãos ou entidades da administração pública indireta sob sua supervisão:

a) **relacionado com matéria legislativa em trâmite, ou qualquer assunto submetido à apreciação do Congresso Nacional, de suas Casa ou Comissões;**

b) **sujeito à fiscalização do Congresso Nacional;**

III – não cabem, em requerimento de informação, providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige; (destacamos)

IV – a Mesa tem a faculdade de recusar requerimento de informação formulado de modo inconveniente, ou que contrarie o disposto neste artigo, sem prejuízo do recurso mencionado no parágrafo único do art. 115.

§ 1º Por matéria legislativa em trâmite entende-se a que seja objeto de proposta de emenda à Constituição, de projeto de lei ou de decreto legislativo ou de medida provisória em fase de apreciação pelo Congresso Nacional, por suas Casa ou Comissões.

§ 2º Constituem atos ou fatos sujeitos à fiscalização e ao controle do Congresso Nacional, de suas Casa e Comissões os definidos no art. 60.

O Requerimento de Informação de nº 973/2003 não encontra amparo constitucional nem regimental para o seu encaminhamento pela Mesa da Câmara dos Deputados, vez que contraria o disposto no inciso II, alínea *a* e *b*, e inciso III do art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos

GABINETE DO PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Deputados. Por estas razões, encaminha à douta Mesa, com parecer **pela recusa do requerimento de informação**, nos termos do art. 116, IV, do Regimento Interno.

Primeira-Vice-Presidência, em / / 2003.

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
Primeiro-Vice-Presidente
Relator